

Marcílio: o Estado virou fardo.

MUDANÇAS LEVAM À MODERNIDADE, SUSTENTA O MINISTRO DA ECONOMIA.

Nos últimos três anos, o cenário internacional modificou-se mais drasticamente do que em todo o pós-guerra. Certezas e argumentos longamente cultivados perderam total relevância. Derribada do Muro de Berlim, desintegração da União Soviética, fim da confrontação bipolar, novos horizontes. Enquanto isso, com menos estardalhaço talvez, mas de um modo não menos revolucionário, os latino-americanos fámos deixando para trás a camisa de força de um passado tornado estéril.

As políticas adotadas na América Latina têm tido êxito. Em 1991, o produto regional expandiu-se a uma taxa de 2,8% e a projeção para 1992 indica expansão a taxa semelhante, inclusive para o Brasil. Pela primeira vez desde 1981, em 1991 a América Latina teve uma entrada líquida de capitais, incluídos os pagamentos de juros. Se em 1990 a região transferiu US\$ 16 bilhões para o Exterior, em 1991 teve uma entrada líquida de US\$ 7 bilhões.

Já não mais se discute hoje que o estado brasileiro perdeu a capacidade que teve em décadas passadas de liderar as fases de retomada cíclica promovendo investimentos pesados em setores de lenta maturação. Hipertrofiado em sua participação nas mais diversas áreas, o Estado deixou de ser eficaz em suas ações e tornou-se um verdadeiro fardo para a sociedade.

Precisamos assim garantir que o Estado se retire da função de produtor direto de mercadorias e de serviços comerciais, para que possa exercer com eficácia e com eficiência alocativa a tarefa indispensável, a tarefa que lhe cabe como uma de suas funções clássicas, que é a de ser o promotor do bem comum. O Estado que se pretende não é nem o Estado mínimo, nem o Estado máximo, mas sim o Estado ótimo, capaz de retrair-se nas atividades-meio para concentrar-se nas atividades-fim e assim exercer com competência seu papel fundamental de garantir à população os direitos elementares da cidadania em termos de educação, de saúde, segurança, saneamento, habitação e infra-estrutura.

Com esse objetivo tem o governo trabalhado incansavelmente, atuando nas dimensões conjuntural e estrutural. Conjunturalmente, trata-se de assentar bases sólidas para a reconstrução estrutural. A estabilização, assim, é pré-requisito da retomada e condição indispensável para a restauração do crédito público, pedra angular de qualquer política econômica.

Hoje, com mais de um ano



Ao lado de Fleury, Ciro e Joaquim Francisco, o ministro Marcílio fala sobre o País e a América Latina.

sem choques, sem mágicas e sem artificialismos, convivemos com uma saudável liberdade geral de preços. A inflação que temos, infelizmente ainda alta, porém ciente, tem uma característica crucial. Ela é absolutamente realista. Sob os índices de preços não se abrigam tarifas defasadas ou preços insustentáveis. Para assegurar que se mantenha a tendência de queda de inflação, o governo se tem valido de uma política monetária rigorosa e de um controle fiscal austero que vem garantindo mês após mês a obtenção de superávit de caixa no Tesouro, superávits agora que tenderão a se alargar. Limitado a gastar apenas o que arredar, o governo transmite para a sociedade o sinal inequívoco de seu compromisso com o combate à inflação.

A política monetária, por seu turno, visa não permitir que políticas agressivas de remoção de preços sejam legitimadas pelo mercado sob forma de mais inflação. Estão sendo dados dessa forma os passos indispensáveis para a restauração de uma moeda que seja sólida e que seja respeitada. Com isso, cria-se espaço para a própria queda das taxas de juros que acompanham a redução dos índices de inflação e para uma retomada segura e não inflacionária do crescimento.

Ao mesmo tempo em que se prepara o terreno para a retomada, o governo atua sobre as estruturas que haverão de garantir que essa retomada seja sustentável. O primeiro aspecto está na

abertura comercial, combinada com a renegociação de nossos débitos externos. Sobre este último ponto registramos avanços significativos com a renegociação dos atrasados, a negociação do entendimento com o Fundo Monetário Internacional e com o reescalonamento dos débitos oficiais no Clube de Paris.

Todos os esforços são necessários para nos tirar do caminho da autarquia e da mediocridade a que seríamos levados se insistissemos no fechamento ao Exterior que caracterizou o nosso modelo de desenvolvimento do pós-guerra. Nessa área, temos avançado por meio da eliminação de barreiras não tarifárias e

pela implementação gradual de um cronograma de redução tarifária que permite ao empresariado preparar-se, sob a proteção de uma política cambial realista, para a crescente concorrência com produtos importados.

No contexto do comércio regional, por sua vez, o Mercosul reafirma nossa profissão de fé na integração como vetor de desenvolvimento. A partir de 1º de janeiro de 1995, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai constituirão uma zona de livre comércio onde estará garantida a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos e que contará com uma tarifa externa comum.

Temos ainda, no plano estru-

tural, a reforma administrativa, reforma patrimonial, desregulamentação (e aí a dos portos é crucial), proteção à atividade intelectual e a reforma fiscal, que é a espinha dorsal do esforço de reconstrução nacional e de reconstrução da economia, e finalmente, o programa de desestatização.

A privatização é hoje política de governo com amplo respaldo popular. O processo de privatização deve ser intensificado e alargado com novas listas de empresas privatizáveis.

Este ano, os indicadores antecedentes sugerem que o País tem todas as condições para crescer entre 2% e 3%. A recessão — produto indesejável mas às vezes incontornável da política de estabilização — começa a ser superada e abre-se para o País um horizonte de um novo ciclo de desenvolvimento, que será radicalmente distinto, porque inseparável da justiça social e do respeito ao meio ambiente.

A moderna economia social de mercado a que já me referi pretende assim retirar o Brasil do caminho do marginalismo periférico e da anciãez anacrônica. Pretende aparelhar o País para vencer o desafio da modernidade, assegurar justiça social, eficiência econômica, ambiente democrático e também toda uma inserção soberana e competitiva na economia mundial. Essa é a batalha que vem sendo travada pela sociedade brasileira e por tantos outros povos latino-americanos. Essa é a batalha em que não podemos ser derrotados.

PRECISAMOS GARANTIR QUE O ESTADO SE RETIRE DA FUNÇÃO DE PRODUTOR DIRETO DE MERCADORIAS E DE SERVIÇOS COMERCIAIS, PARA QUE POSSA EXERCER COM EFICÁCIA A TAREFA ESSENCIAL QUE LHE CABE: SER O PROMOTOR DO BEM COMUM.

(Marcílio Marques Moreira, ministro da Economia)

